

Contas públicas Reajustes salariais e redução nos repasses federais geram despesa maior

Dobra número de Estados com gasto de pessoal acima do limite prudencial

arta Watanabe

São Paulo

Receitas mais apertadas e atualizações obrigatórias de salários contribuíram para os Estados elevarem o nível de despesa em folha, num quadro que dificulta a elevação de investimentos de cumprimento de metas fiscais pelos governos regionais.

Levantamento com base em relatórios oficiais mostra que, de 2012 para 2013, aumentou de cinco para dez o número de Estados com despesa de pessoal do Poder Executivo acima do limite prudencial — quando se acende luz amarela para o tamanho do gasto. Em 2012, havia um Estado acima do limite máximo — Paraíba. No ano passado, novamente, passou o teto, o de Tocantins, passou do teto. A Paraíba ainda ficou acima do teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo a lei, o limite máximo da despesa com folha do Poder Executivo é de 49% da receita corrente líquida. O gasto no Estado de Tocantins chegou a 49,69% no ano passado. O limite prudencial é de 46,55% da receita. Passaram do teto prudencial Estados de Alagoas, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Paraíba, Rio

Grande do Norte e Sergipe. Com despesa de folha acima de 48%, os três últimos Estados estão com o gasto bem próximo ao do limite máximo.

Piauí e Rondônia estão entre os Estados que ultrapassaram o limite prudencial no ano passado. Nelas, a receita corrente líquida cresceu, mas o dispêndio com folha subiu em ritmo mais acelerado. As receitas piauienses aumentaram em 3,8% no ano passado, contra 2012, enquanto o dispêndio com pessoal subiu 10,8% no mesmo período. Na mesma comparação, a receita de Rondônia cresceu 1% enquanto a despesa com folha teve alta de 7,5%.

No Paraná aconteceu fenômeno semelhante. As receitas subiram bastante, com alta de 16,2%, mas o gasto com pessoal cresceu mais, com elevação de 17,6%. Isso aumentou a despesa relativa com folha do Estado, que já estava acima do prudencial em 2012. O desembolso do Paraná com pessoal subiu de 46,7% da receita em 2012 para 47,23% no ano passado.

Além de dificultar a situação fiscal, o alto nível de despesa com folha, diz Amir Khair, especialista em contas públicas, deixa um índice da LRF a ser melhorado para os governadores que serão eleitos este ano, amarrando um pouco os planos de um

novo mandato. “Saúde, educação e segurança pública são áreas muito sensíveis para os governos estaduais e pressionam consideravelmente o custo e folha de pagamentos. A entrada no limite prudencial deixa um dever de casa a vários Estados e aos novos governadores.”

Khair destaca que vários fatores conjunturais influenciaram no aumento de gastos de pessoal para os Estados. Entre eles, o piso nacional para o magistério. “A determinação provocou impacto, porque vários Estados não chegavam a pagar o salário mínimo para os professores.”

A baixa remuneração, porém, diz o economista, compromete o nível de ensino, lançando a necessidade de equilibrar a prestação de serviço público e o impacto fiscal sobre os Estados. “O índice de absenteísmo dos professores era muito grande e, mesmo com o piso, ainda há muito a avançar.”

Ao mesmo tempo em que as despesas de pessoal foram pressionadas, relata Khair, os Estados se queixam da redução nos repasses. Entre eles, o economista cita o impacto das desonerações do governo federal no Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o congelamento dos valores de ressarcimento da Lei Kandir.

José Tostes Neto, coordenador

dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e secretário de Fazenda do Pará, conta que os Estados têm feito “esforço brutal” para gerar receitas no mesmo ritmo dos reajustes obrigatórios que foram impostos.

No ano passado, diz Tostes Neto, o Estado cumpriu suas metas fiscais e ficou enquadrado dentro dos limites da legislação fiscal. A única exceção, diz, ficou por conta da despesa com pessoal. Com 47,89% de gasto com folha sobre a receita corrente líquida, o Pará ultrapassou o limite prudencial. Tostes Neto credita a situação exatamente à necessidade de cumprimento de reajustes de remuneração. A mais importante delas, diz, foi o piso nacional dos professores, que tornou-se obrigatório em abril de 2011.

O secretário do Pará explica que o Estado passou a aplicar o piso mínimo a partir do segundo semestre de 2012. No ano passado, a despesa maior pegou o ano cheio, diz, o que comprometeu a despesa de folha em relação à receita corrente líquida. O gasto total com pessoal do Poder Executivo paranaense cresceu 12%, enquanto a receita aumentou apenas 4,8%.

Para agravar o quadro, diz o secretário, o Pará iniciou neste ano um pagamento parcelado da

aplicação retroativa do piso deviado entre abril de 2011 e o segundo semestre de 2012. Um acordo com os servidores, explica Tostes Neto, estabelece o pagamento das parcelas a cada quadrimestre, mas conforme o desempenho da receita do Estado. A expectativa é pagar o retroativo de 12 a 18 parcelas, caso as receitas tenham bom desempenho.

Esse quadro, diz o secretário, fez com que a Fazenda estabelecesse um contingenciamento que contempla meta de corte específica para a despesa com pessoal. “Vamos fazer redução de cargos comissionados e cortes de horas extras.”

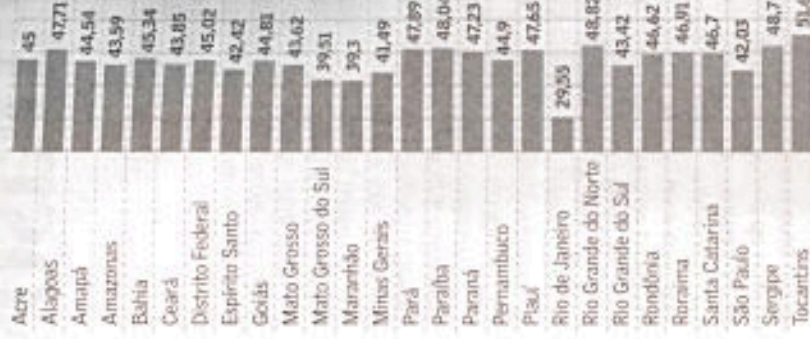
Em Santa Catarina, o contingenciamento, além de uma revisão no mecanismo de reajuste de várias categorias de servidores, fez recuar o tamanho do gasto com folha do Estado. A despesa caiu de 46,7% da receita corrente líquida em dezembro do ano passado para 46,55% em janeiro de 2014. O Estado ficou exatamente na linha do limite prudencial, mas segundo o secretário da Fazenda catarinense, Antonio

Marcos Gavazzoni, deve continuar caindo e ficar abaixo do limite prudencial no decorrer do ano. “Passamos 2013 negociando os reajustes salariais com várias categorias.”

O resultado, explica o secretário

Folha pesada

Despesa de pessoal sobre receita* - em



10 Estados ultrapassaram o limite prudencial de 46,55%

*Fonte: Relatórios Rio Estada e Sistema Nacional de Contas. O eixo da LRF de Alagoas total com pessoal sobre receita corrente líquida

rio, foi a retirada de vários reajustes automáticos e a aplicação de elevações de salários parceladas num cronograma negociado com os trabalhadores e que deve estender até 2016. Esse ajuste juntamente com a recuperação do Estado, diz ele, deve permitir a Santa Catarina manter os planos de investimentos de R\$ 2 bilhões para 2014 e o cumprimento da meta de resultado primário de R\$ 1,4 bilhão estabelecido para este ano.